

ARTIGO

RELAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA COM O REGIME MILITAR BRASILEIRO

THE VIÇOSA FEDERAL UNIVERSITY RELATIONSHIPS WITH THE BRAZILIAN MILITARY REGIME

GUSTAVO BIANCH SILVA*

RESUMO

Esse artigo tem como finalidade analisar as relações da Universidade Federal de Viçosa com o regime militar. A hipótese aqui desenvolvida sugere que o modelo de modernização da agricultura ambicionado na universidade – desde os tempos mais remotos da história da instituição – teve grande convergência com a concepção da modernização econômica elaborada pelos militares em seus governos. Esse ponto de interlocução, portanto, abriu caminho para uma postura de adesão da liderança acadêmica da universidade de Viçosa em direção às políticas de desenvolvido do regime militar.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura, universidades, modernização econômica.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relations of the Viçosa Federal University with the military regime. The hypothesis developed here suggests that the model of modernization of agriculture aspired to in university - since the most remote times in the history of the institution - had great convergence with the conception of the conservative modernization elaborated by the military in its governments. This point of dialogue, therefore, paved the way for a posture of adherence of the academic leadership of the university in Viçosa toward the developed policies of the military regime.

KEYWORDS: Dictatorship, universities, economic modernization.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar os pontos de interlocução entre a Universidade Federal de Viçosa e o regime militar. Antes, cabe situar o leitor, de forma sucinta, sobre a instituição citada e sua história institucional. A UFV é uma universidade localizada na Zona da Mata mineira, fundada em 1926 pelo ex-presidente Arthur Bernardes. Na época de sua criação, a instituição era uma escola de agricultura, nomeada então de Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Na década de 1940, com o crescimento da produção científica associado ao prestígio político das lideranças acadêmicas, a antiga escola foi transformada em Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG). Com esse crescimento, novos cursos, novas parcerias – inclusive convênios internacionais com universidades e instituições de ajuda externa – o posicionamento da universidade no cenário científico nacional é elevado, principalmente no tocante às ciências agrárias. E por isso, uma crise econômica nos anos 1960 que assolou o estado de Minas Gerais, os professores e as lideranças da instituição articularam, junto ao governo federal, a “federalização” da universidade, completada em 1969. Desde então, a UREMG passou para a responsabilidade da União com o nome Universidade Federal de Viçosa.

Diante disso, faz-se necessário questionar: como a ditadura estabeleceu um canal comunicativo com as instituições superiores? E como a UFV vai responder às expectativas do regime autoritário? Portanto, compreender as conexões entre os cientistas e as lideranças políticas nos motivou a interpretar o comportamento político da instituição em um contexto extremamente controverso. De um lado, o Estado estava desde

1964 sob controle de governos militares, que utilizavam da máquina repressiva para, entre outras coisas, silenciar a população e reduzir o espaço da oposição. Por outro, existia uma face modernizadora nesses governos que impulsionava o desenvolvimento com um volume de recursos jamais visto. Apesar dos paradoxos inerentes a essa modernização – concentração de renda, êxodo rural, entre outros - a Universidade se tornava lócus privilegiado nesse esquema, pois a necessidade de produção de tecnologia induzia a valorização do meio acadêmico nacional.

No contexto da ditadura, as instituições educacionais passaram por transformações significativas com a modernização das universidades. Conseqüentemente, houve aumento significativo de recursos para pesquisa, valorização da carreira docente, incremento da pós-graduação, parcerias com instituições internacionais etc. O governo militar assumia, dessa forma, a necessidade de profissionalizar os quadros internos das universidades, desde a formação acadêmica dos professores, melhorias no planejamento educacional, até o investimento em infraestrutura e equipamentos.

Por outro lado, esse processo preteriu a participação dos docentes e do movimento estudantil na construção da reforma universitária, além de incentivar enormemente o crescimento das instituições privadas. A modernização contraditória das universidades também significou o expurgo e aposentadoria compulsória de centenas de docentes considerados subversivos pela ditadura. Pesquisas foram descontinuadas e outras tantas acabaram ameaçadas por uma debandada significativa: muitos cientistas partiram para o exterior em busca de maior liberdade para a condução de suas práticas científicas. Como afirmou Hidelbrando Pereira da Silva:¹

A comunidade acadêmica foi, guardadas as devidas proporções, o setor da sociedade brasileira que mais sofreu com a violência repressiva da Ditadura Militar, não apenas como vítima da tortura, assassinato e desencaminhamento profissional de seus jovens estudantes, em particular os que optaram pela via armada para o combate à ditadura - como pela demissão, expulsão e perseguição de professores, pesquisadores e outros profissionais das Universidades e Instituições de Pesquisa.²

Apesar dessas contradições e paradoxos, Motta identificou um determinado padrão no comportamento político da categoria docente nos “anos de chumbo”. Embora a adesão ao projeto de modernização da ditadura e a resistência militante ao sistema existissem nas mais diferentes instituições, a acomodação tornou-se uma opção bastante frequente diante do cenário político em vigência.

Porém, os estudos concernentes à Universidade de Viçosa indicaram um padrão diferente do usual entre as universidades brasileiras, neste caso, caracterizado pela acomodação e pela “resistência sutil”³ dentro do sistema. Por meio desta pesquisa, foi percebido que a adesão ao projeto de modernização deu o tom das relações entre os dirigentes da UFV e as lideranças políticas. Obviamente, a universidade é um microcosmo social bastante diversificado e com muitos matizes de pensamento e práticas. Dentro de uma mesma instituição, certamente existem vozes dissonantes que questionam e enfrentam o *status quo*. Da mesma maneira, afirmar que a instituição como um todo se aliou ao regime autoritário seria uma injustiça. Porém, neste artigo, será analisado particularmente o comportamento preponderante da universidade na sua relação com o poder e como o regime militar obteve êxito em envolver determinadas instituições, como a UFV,

em seu projeto de modernização conservadora, que tem como pressuposto modificar algumas estruturas econômicas, mas sem alterar as estruturas sociais básicas.

Antes da análise das fontes, uma discussão historiográfica faz-se necessária para situar esse trabalho e mostrar nossas escolhas para interpretar o fenômeno da adesão ao projeto modernizador do regime. Em seguida, serão analisados os pontos de convergência entre a Universidade de Viçosa e a ditadura militar, no aspecto da modernização da agricultura, por meio dos convênios internacionais, e no contexto da federalização da UREMG.

Debate historiográfico

Na sua obra *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, Daniel Aarão Reis problematizou as relações entre ditadura e sociedade. Nessa perspectiva, o autor mostra que a sociedade brasileira por meio da mídia e também da academia celebrou a hostilidade à ditadura⁴. Desde o golpe, a consolidação do regime até a abertura política, Reis aponta os caminhos da transformação discursiva dos atores nessa trama política. Parte da dicotomia entre ditadura e sociedade vem do senso comum, sobretudo com o clássico maniqueísmo que opôs de um lado a tirania residente na ditadura e por outro a democracia e cidadania capitaneada pela sociedade.

Nesse esquema, Daniel Aarão Reis sugere que as esquerdas foram colocadas como vítimas, e mesmo quando elas lutaram e desafiaram o regime através das armas, elas o fizeram em nome da resistência. Na década de 1970, no contexto da distensão do regime militar, a esquerda renasce, no

plano discursivo, como moderada, democrática e, portanto, vitoriosa nas “batalhas da memória”.⁵

Se de um lado a sociedade foi considerada relegada à tirania e ao obscurantismo do regime, por outro lado, os militares receberam toda sorte de culpa pela interrupção da democracia. Nessa perspectiva, a ditadura que se seguiu ao golpe foi resultante do protagonismo dos militares, enquanto a população sofria com os desmandos de um governo legitimado pela força e pela violência. Os grupos sociais que ofereceram apoio ao regime foram negligenciados tanto na memória hegemônica quanto nos estudos acadêmicos. A indiferença e apatia de outros grupos também foram desprezadas. Restou o heroísmo dos que lutaram bravamente. Diante disso, Aarão Reis questiona: “como explicar por que a ditadura não foi simplesmente escorraçada? [...] Como compreender que permaneçam com tanta força lideranças e mecanismos de poder preservados e/ou construídos no período da ditadura, pela e para a ditadura?”⁶

Os questionamentos lançados pelo autor citado são importantes para problematizar grupos ou instituições que de alguma forma aderiram ao regime militar. De fato, pensar em uma sociedade vitimizada pelo Estado é superestimar o alcance do aparato repressivo do Estado. De alguma forma, a ditadura foi eficiente em estabelecer um canal comunicativo com a sociedade, de forma a atrair grupos que se convenceram da viabilidade do projeto modernizador do regime.

Portanto, a dicotomia entre ditadura e sociedade contribuiu com uma percepção distorcida no tocante à longevidade do regime. Rollemberg questiona o uso da memória para qualificar a permanência da ditadura no tempo como consequência exclusiva “das instituições e práticas coercitivas

e manipulatórias”.⁷ Assim, a eficácia dos aparelhos repressivos do Estado, que, evidentemente, existiu, é elevada a um patamar quase absoluto, atomizando o cidadão e sua prática política. Na perspectiva de Janaina Cordeiro, essa visão silencia sobre o fato de a ditadura não ter se “estabelecido unicamente por meio de instrumentos repressivos, mas que, ao contrário, foi produto de parcelas significativas da sociedade e, em certa medida, uma demanda destas”.⁸

Na concepção desses autores, o caráter da construção social dos regimes autoritários não pode ser desprezado pelos historiadores. Em certa medida, parte da sociedade concordou, respaldou e apoiou a ditadura. De alguma maneira a ditadura fornecia elementos que convergiam com os interesses de determinados grupos sociais, aquilo que foi chamado por Rolleberg de “criação de consensos”. Neste caso, as sociedades percebem os ganhos em apoiar os dirigentes que tomam o poder. Segundo a autora, cabe então ao historiador analisar “as acomodações de interesses [que] fizeram-se em regimes autoritários através de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para as sociedades”.⁹

Essa perspectiva historiográfica condena radicalmente a visão do Brasil ou da América Latina como vítima do poder coercitivo do Estado ou das potências estrangeiras. Para Rolleberg, ao “continente é atribuído uma história linear, sem cortes, desde a chegada dos europeus até o imperialismo americano. Suas sociedades seriam sempre manipuladas por governantes pouco preocupados com seus países”.¹⁰ Portanto, o aspecto da escolha dos agentes é bastante valorizado por essa historiografia. As ações dos indivíduos são moldadas pelos seus interesses, e não guiadas por agentes que os manipulam e guiam seus destinos.

Os trabalhos aqui supracitados demonstraram, entre outras coisas, que a construção do autoritarismo no contexto da ditadura não foi exclusividade das ações militares. A participação civil com a adesão de inúmeros indivíduos de diferentes segmentos sociais ofereceu efetiva base de apoio para a longevidade do regime ditatorial, neste caso, um espectro ambíguo de atitudes da sociedade diante de governos ditatoriais. Resistência e colaboração atuaram juntas lado a lado: ora incomodaram a ditadura, ora reforçaram laços que contribuíram para reforçar a permanência dos grupos que operavam no poder.

Não há dúvida de que a historiografia que questionou o “mito da sociedade resistente” à ditadura contribuiu para ampliar a discussão a respeito das relações entre ditadura e sociedade. Outros grupos sociais ganharam protagonismo e atores que até então estavam silenciados pela memória hegemônica ganharam destaque.¹¹ A resistência deixa de ser a única via de interlocução entre o Estado e a população, sendo a adesão do regime uma possibilidade que solidificou o *modus operandi* da ditadura.

Porém, algumas questões precisam ser levantadas para problematizar até que ponto a questão da adesão e do consenso são facetas suficientes para explicar as relações entre ditadura e sociedade. Os historiadores não estariam a criar uma memória da resistência ao avesso, isto é, potencializando o caráter colaborativo da sociedade em relação ao regime? Outras chaves explicativas não seriam mais eficientes para desenvolver essa questão? Compreender a complexidade das ações dos indivíduos em regimes autoritários envolve interpretar as razões de suas práticas e, sobretudo, as representações *a posteriori* criadas para explicar o legado deixado por essa sociedade. No entanto, encarar o colaboracionismo

como um padrão de comportamento generalizado torna-se tão problemático quanto afirmar que a sociedade em peso resistiu ao regime militar.

O *modus operandi* da ditadura requer o uso de *concessões*. Neste caso, as concessões envolvem as negociações às quais o Estado autoritário precisa recorrer para, em *primeiro lugar*, manter coesa sua base de apoio. A cizânia dentro da caserna representava os embates das diversas correntes políticas dentro das forças armadas, que digladiavam por maior espaço no governo e, sobretudo, envolvia a disputa em torno do controle da sociedade por meio da repressão e da limitação dos direitos individuais. Conter o ímpeto dos generais dos ciclos mais autoritários e evitar rompimentos dentro do próprio governo exigia bastante dos dirigentes do Estado.

Em segundo lugar, as concessões eram operacionalizadas para evitar ao máximo as manifestações da oposição. A demonstração excessiva da face repressiva do regime poderia alimentar os argumentos da oposição. No contexto dos embates entre o governo de Costa e Silva e o movimento estudantil em 1968, a aprovação às pressas da Reforma Universitária resultava na expectativa dos militares de reduzir o conflito com os estudantes sem utilizar a truculência habitual. Afinal, o regime buscou a todo custo provar sua legitimidade revolucionária perante a população. O aspecto democrático, ainda que artificial, contrastava com a face autoritária da ditadura. O desafio dos militares consistia em convencer a população de que a repressão, além de mínima, só era reservada aos subversivos e inimigos do estado de direito.

E por fim, as concessões eram importantes para seduzir a opinião pública. Construir a imagem de um regime legítimo, mantenedor da ordem

e dos bons costumes, competente no desenvolvimento econômico e ainda com o rótulo de governo revolucionário e democrático. A própria insistência dos militares em afastar a aparência de ditadura e manter alguns aspectos institucionais democráticos – a presença do legislativo na aprovação de leis, a existência de uma constituição, a continuidade dos sindicatos e de uma oposição política como o MDB – mostra a preocupação do regime na busca por algum tipo de aceitação popular.

Dessa forma, o consenso e a adesão não são aspectos naturalizados, em que apenas a existência do governo ditatorial já aciona nos indivíduos posturas de aceitação para com o regime. Em outras palavras, a legitimidade do Estado precisa ser construída. Ora, se a ditadura necessita se justificar para constantemente manter a tutela sobre sua base de apoio e ao mesmo tempo afastar a oposição e afagar a opinião pública, a adesão e o consenso não são comportamentos intrínsecos da relação entre ditadura e sociedade tal qual a “historiografia do colaboracionismo” pressupõe. Pelo contrário, necessita-se de esforço constante do Estado para garantir o apoio significativo de segmentos da sociedade.

Na perspectiva de Marcelo Ridenti, a dominação não está vinculada apenas ao uso da força. A busca por legitimidade e a feitura de acordos e negociações atuam para construir a legitimidade dos governos ditatoriais. Assim, “a relação entre dominantes e dominados, mesmo em regimes autoritários, deve ser compreendida não só com base no confronto, mas também na negociação”.¹² Poderíamos complementar esse raciocínio com outra aferição. Neste caso, na ditadura, a interlocução entre as partes (Estado e sociedade) implica “concessões aos adversários (...) Negociar e conceder implica o reconhecimento do outro, levando em conta a oposição,

que assim precisa ser entendida em seu encadeamento com a situação”.¹³ Para exemplificar, Ridenti mostra que o regime também buscou legitimar-se pela ação dos sindicatos. No decorrer da ditadura, os sindicatos oficiais aumentaram suas atividades ao mesmo tempo em que o governo “reprimia os líderes mais combativos e incentivava os que se integravam à nova ordem e a seu sistema assistencial”.¹⁴

Rodrigo Motta parte do pressuposto de que a cultura brasileira explica, em parte, o comportamento político contraditório reproduzido no regime militar. Segundo o autor, existe certa “tendência à conciliação e à acomodação como estratégia utilizada para evitar conflitos agudos”.¹⁵ Neste aspecto, as relações entre ditadura e sociedade são permeadas por “jogos de acomodação que não se enquadram na tipologia binária resistência versus colaboração”.¹⁶ As atitudes intermediárias à resistência e a adesão estão em evidência nesse esquema explicativo. Obviamente, a repressão existiu como atitude autoritária do Estado para conter o perigo da “subversão” e prever os embaraços com a oposição. Por outro lado, a adesão ao regime também esteve presente por parte de grupos simpáticos ao conservadorismo e ao anticomunismo. O autor encontrou também bastante recorrência nas práticas conciliatórias que redundavam na acomodação ao sistema de poder sem, contudo, significar algum tipo de compromisso com a ditadura.¹⁷

Essas práticas de acomodação mostram o interesse do Estado de flexibilizar suas ações para obter ganhos diante da sociedade. De acordo com Motta, “os atores sociais aceitavam conviver com o regime militar, mas este também precisava fazer concessões, de outro modo, o arranjo não seria possível”.¹⁸ Os exemplos problematizados pelo autor estão circunscritos

nas relações entre o regime militar e as universidades: professores que eram contra o regime militar tiveram cargos de expressão nas universidades ou agências de pesquisa; a permissão do Estado para docentes de “esquerda” estudarem em instituições do exterior; a recorrência de laços de parentesco para reduzir punições a professores enquadrados nos órgãos repressivos; a contratação de intelectuais de esquerda para trabalhar diretamente em órgãos do Estado.¹⁹

Passando à perspectiva deste artigo, identificamos um padrão de adesão na relação entre a universidade de Viçosa e a ditadura. O projeto de modernização da agricultura, a subvenção às pesquisas, o apoio aos convênios internacionais e a retórica de desenvolvimento econômico foram elementos que abriram um canal comunicativo entre a universidade e o regime militar. Especificamente em Viçosa já estava consolidado um estilo político próprio, com grande tendência de aproximação com o poder a despeito de qualquer partido político ou estilo de governo. Em sua tese, Silva analisa o comportamento político da ESAV nas primeiras décadas do século XX. Na perspectiva do autor, “a prática política vivenciada na Escola desenvolveu um estilo bastante pragmático e sempre ao lado do poder”.²⁰ Junto a isso, a busca pela autonomia científica demandava a negociação com o campo político. E a concessão contínua do Estado aos interesses dos cientistas redundou em adesão ao projeto modernizador da ditadura.

Portanto, compreender as razões do apreço institucional da universidade pelo regime autoritário inaugurado em 1964 é uma tarefa multifacetada, com explicações que transcendem respostas taxativas e unilaterais. Sugerir que a democracia não pertencia ao repertório político das instituições no Brasil dessa época é reduzir a complexidade das relações

entre as universidades e o campo político. Dessa forma, o que se argumentará nas próximas páginas é que a aproximação da UREMG/UFV com a ditadura militar brasileira relaciona-se, sobretudo, à afinidade da instituição com o projeto de modernização econômica do governo. A concepção de desenvolvimento agrícola vivenciada na universidade tornou-se um verdadeiro ponto de interlocução da instituição com o regime.

A universidade e a ditadura: afinadas com o projeto de modernização da agricultura

Dentro do debate do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos, a modernização da agricultura solucionaria um dos maiores problemas que induziam a crise econômica. Havia sempre por parte da burocracia estatal um grande esforço para combater a crescente inflação que incomodava desde o final da década de 1950. Com a aceleração do processo de urbanização da década de 1960, a oferta de alimentos estava aquém da crescente população urbana. Dessa forma, a necessidade de dinamizar a produção significava modernizar o setor agrícola.

Mas afinal, qual era a concepção de modernização do campo preconizada pela ditadura? Qual era o viés das políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento agrícola? O primeiro ponto a ser considerado é a grande valorização da mudança do padrão tecnológico da produção em detrimento da questão da concentração agrária. Mesmo com a pretensão de reforma agrária subsumida no Estatuto da Terra, na prática, o discurso modernizador deu o tom das políticas de desenvolvimento do campo. Dessa forma, o argumento de inúmeros economistas da USP,

incluindo o ex-ministro da fazenda Delfim Netto, colaborador do pensamento econômico que fundamentou o regime militar, mesmo com a estrutura fundiária concentrada e as relações de trabalho precarizadas, os elementos que compõem a agricultura moderna poderiam ser preservados. Segundo Delgado, esses elementos seriam:

[...] a liberação de mão de obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; criação de mercado para os produtos da indústria; expansão das exportações; financiamento de parte da capitalização da economia.²¹

Os problemas identificados na agricultura brasileira, segundo essa lógica modernizadora, incluíam a grande variação dos preços dos produtos agrícolas, somada ao baixo fator tecnológico da produção e à completa desvinculação do setor primário da indústria. Para acelerar a transformação da agricultura arcaica aos patamares modernos, eram demandados grandes investimentos do Estado, da iniciativa privada e de financiadores externos, tanto em forma de crédito para os grandes produtores quanto para a produção de tecnologia.

Na grande imprensa, as inúmeras referências à UREMG/UFV estão pautadas em sua contribuição para a modernização da agricultura. O desenvolvimento de novas tecnologias e pesquisas em insumos químicos ou sementes melhoradas é quase onipresente na identificação do projeto de modernização trabalhado na universidade. Em maio de 1964,²² o jornal *O Globo* publica uma pequena notícia sobre a inauguração de dois laboratórios para a Escola de Ciências Domésticas na UREMG. É interessante perceber a presença da esposa do embaixador Lincoln Gordon no evento, o que

representa fortemente as relações entre os Estados Unidos e a universidade engajada nesse processo de modernização agrícola. De fato, os convênios da universidade em Viçosa com as instituições estrangeiras possibilitaram a entrada de recursos que resultaram no aumento de pesquisas. Centenas de professores²³ foram enviados para os Estados Unidos para cursar pós-graduação, além do recebimento de bolsas de pesquisas da USAID, Fundação Ford, Fundação Rockefeller, entre outras. Somado a isso, os cientistas locais se envolveram em grandes projetos ligados à agricultura regional e nacional, como o desenvolvimento do milho opaco-2 e o melhoramento da soja.

Após o golpe de 1964, as oportunidades de crescimento da pesquisa aplicada à agricultura eram vislumbradas pelos cientistas da UREMG. Obviamente, antes da ditadura também havia otimismo quanto às possibilidades de crescimento da ciência aplicada à agropecuária. Porém, o discurso do novo governo em relação à modernização do campo trouxe novas expectativas aos cientistas. Além disso, a necessidade de modificar o panorama agrário com a promoção da reforma agrária possibilitou ao campo político a discussão técnica ligada ao tema, resultando em uma aproximação maior com o campo científico. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a nova lei agrária terá “prioridade por determinação do presidente da república, que deverá acelerar os estudos a esse respeito, pois o Estatuto da Terra deverá disciplinar todas as atividades agropecuárias do país”.²⁴

Nesse aspecto, a UREMG foi privilegiada na medida em que foi escolhida para sediar o I Encontro dos Secretários de Agricultura para debater o Estatuto da Terra, que estava em fase de preparação. Esse evento tinha como finalidade avaliar e propor emendas ao texto original do

Estatuto da Terra. De certa forma, ser o espaço de condução do debate da reforma agrária e da modernização da agricultura faz da Universidade parte integrante da discussão sobre os rumos da agropecuária nacional. De acordo com a *Folha de S. Paulo*,

[...] as sugestões formuladas pelo PSD e pelo Congresso dos Secretários de Agricultura em Viçosa foram incluídas no anteprojeto. Segundo fontes oficiais, o Estatuto prevê emendas constitucionais permitindo desapropriações com títulos da dívida pública.²⁵

Grosso modo, a proposta inicial do Estatuto da Terra tinha elementos essenciais para a modificação da desigualdade entre o setor rural e urbano. Ao interpretar o latifúndio e o minifúndio como categorias associadas ao atraso, o Estatuto elegeu a propriedade familiar e a empresa rural como os indutores do desenvolvimento no campo. Nesta esteira, Mendonça aponta que o Estatuto da Terra era eivado de ambiguidades, sendo ao mesmo tempo *distributivista*, com a divisão de terras, e *produtivista*, com a ênfase na modernização da agricultura por meio do crédito farto aos produtores e o investimento em tecnologia aplicada à produção, o que, conseqüentemente, beneficiaria os grandes produtores.²⁶

Por outro lado, as associações de classe como a Sociedade Nacional de Agricultura e (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a despeito do apoio ao golpe de 1964, criticaram explicitamente o Estatuto da Terra aprovado pela ditadura. Embora a SNA e a SRB conservassem divergências no tocante ao projeto de desenvolvimento agrícola, ambas questionaram a temática da desapropriação de terras, ainda que fossem devolutas do Estado ou por meio de indenização.

O Grupo de Trabalho (GRET) responsável pela construção do Estatuto da Terra foi influenciado, de acordo com Rodrigo Motta,²⁷ pelo pensamento do IPES, Aliança Para o Progresso e também por argumentos elaborados por técnicos e políticos do governo de João Goulart. Por esse motivo, o governador Carlos Lacerda, apoiador da “revolução”, disparou contra a política de reforma agrária do governo de Castelo Branco, o que resultou em sua recusa em participar do evento em Viçosa. Segundo seu argumento, a política de reforma agrária seguia a mesma linha do reformismo de João Goulart. Além disso, o então governador da Guanabara também criticou o suposto viés acadêmico do encontro para discutir o Estatuto da Terra: “não deseja o governo do estado da Guanabara participar de tal reunião sem a garantia de que ela não será apenas nova oportunidade para exames acadêmicos da chamada reforma agrária”.²⁸ O mais interessante é perceber o esforço do regime militar de legitimar suas práticas e afastar qualquer proximidade com o reformismo de esquerda. De acordo com o relatório do GRET, “ao perseguir os mais elevados desígnios no setor social sem sacrifício na esfera econômica, o anteprojeto repudia, por inconsequente, a tendência para uma reforma agrária radical”.²⁹

O regime militar sofreu, portanto, o descontentamento da classe produtora diante dos rumos tomados pelo Ministério da Agricultura e, principalmente, pelo teor do Estatuto da Terra. Na verdade, o evento em Viçosa foi considerado por Regina Bruno,³⁰ de certa forma, como elemento de pressão contra a política de reforma agrária do governo, considerada uma ameaça à propriedade privada pelos grandes produtores. *O Globo* afirmou que “o governo mineiro vai apresentar uma tese contrária ao Estatuto da Terra proposto pelo ministro do planejamento”.³¹ Por outro

lado, no relatório composto pelo GRET sobre o fechamento do estatuto, parte das demandas discutidas no Encontro foi incorporada, o que demonstra o quanto o governo precisou ceder para agradar as classes produtoras³² e a classe política. Além disso, o documento final foi deveras modificado, ganhando dezenas de versões até a sua implementação:

Com base nas últimas sugestões da reunião de Viçosa, com as novas emendas julgadas úteis que foram apresentadas através dos partidos políticos e das instituições com interesse especial no problema da Reforma Agrária, foram sendo elaboradas novas edições dos anteprojetos de emenda constitucional e da lei do Estatuto da Terra [...] Surgiram então, a 7 de agosto, a 7ª edição, a 15 de agosto, a 10ª edição³³ [...].

Para exemplificar os embates em torno da aprovação da nova lei, a poucos quilômetros de Viçosa, na cidade de Ponte Nova, um movimento liderado por ruralistas se dirigiu até à UREMG nos dias do evento para protestar contra o caráter “confiscatório” da reforma agrária. A repercussão do movimento não foi desprezível, uma vez que o Correio da Manhã publicou uma notícia que narrava o episódio:

Quatrocentas pessoas, entre as quais técnicos em agropecuária e secretários de agricultura, aderiram ao manifesto lançado pelos ruralistas de Ponte Nova contra o Estatuto da Terra, classificando-o de “confiscatório, socialista e anticristão”. A coleta de assinaturas de adesão ao manifesto provocou atritos, sendo que representantes do Ministério do Planejamento pediram ao reitor Flamarion Ferreira a expulsão de alguns universitários.³⁴

De certa maneira, o regime militar ofereceu aos cientistas da UREMG a concretização de suas demandas. O Encontro dos Secretários e

seus desdobramentos atestam essa convergência de valores. O imbricamento dos interesses da Universidade e da ditadura consistiu em uma postura de adesão de parte³⁵ da instituição ao regime militar. Neste ponto, a relação entre a Congregação da Escola Superior de Agricultura da UREMG e o Ministério da Agricultura evidencia essa aproximação da Universidade com o regime. O jornal Diário da Tarde noticiou o apoio da Congregação da Escola à gestão do ministro da referida pasta, Hugo Leme de Almeida. De acordo com o periódico carioca,

A congregação da ESA, da UREMG, provou moção de apreço e reconhecimento ao ministro Hugo de Almeida Leme por sua atuação no Ministério da Agricultura. (...) O presidente da congregação expressou ao Sr. Hugo Leme o reconhecimento da instituição e apoio que a ela vem dispensando aquele titular. Agradecendo a manifestação, o ministro acentuou que o ato demonstra mais uma vez que os professores da UREMG vêm acompanhando o nosso esforço para dotar o país de uma agricultura avançada que atenda às nossas necessidades de consumo e ao mercado externo³⁶ [...].

O apoio da Universidade Rural de Minas Gerais ao ministro da agricultura reforça o lado da instituição em relação ao projeto de modernização do governo Castelo Branco. Embora diversos segmentos do setor agropecuário criticassem o teor supostamente distributivista do Estatuto da Terra, a UREMG tratou de desfazer publicamente qualquer aparência de oposição. Dessa forma, a universidade manteve o entusiasmo com os rumos que a agropecuária tomaria nas mãos do governo Castelo Branco, sendo o apoio ao ministro da agricultura bastante elucidativo. Mendonça afirma que a reforma castelista previa, entre outros elementos, “a consolidação da grande propriedade privada no campo, sob a égide dos

princípios da técnica, racionalidade e da ideologia do planejamento”.³⁷ Sem dúvida, a valorização desses aspectos convergia com os interesses da UREMG, pois valorizava o fator tecnológico como padrão produtivo.

Após o congresso na UREMG, uma série de medidas foi tomada pelo Ministério da Agricultura para acelerar o processo de desenvolvimento agrícola. O objetivo do governo consistia em aumentar a produção de alimentos para reduzir a pressão inflacionária, incrementar o setor de exportação e integrar a agricultura à indústria, principalmente com a mecanização e também com o uso dos insumos químicos. Nessa esteira, o MA definiu suas prioridades para o ano de 1965, estando grande parte delas em consonância com o espírito do evento em Viçosa. Somado a isso, a pasta da Agricultura convocava as universidades rurais e os institutos de pesquisa como parte integrante da política agrícola do período e, obviamente, a UREMG não ficou de fora, inclusive com a previsão de mais um encontro com secretários da agricultura dos estados. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o plano do Ministério da Agricultura para 1965 foi delineado nas seguintes metas:

Incremento da produção de alimentos básicos destinados ao mercado interno. Expansão da pecuária; culturas de exportação; implantação efetiva da mecanização do país. Conservação do solo; irrigação e drenagem; formação e treinamento de pessoal; expansão e aproveitamento adequado da rede de armazéns e silos; aplicação de preços mínimos; modernização e reequipamento dos órgãos do MA. Criação de prioridades visando à produção e produtividade das culturas alimentares; Incremento da indústria nacional de tratores; realização de estudos objetivos para aproveitamento racional da rede de armazéns e silos, por outro lado, firmado convênio

com a Usaid para desenvolvimento de uma campanha nacional para difusão do paiol de tela (...) Promoção de duas reuniões de secretários de agricultura, uma em Viçosa (MG) e outra na Guanabara, para debater os problemas da agricultura e criação de um plano de ação conjunta. Definição de uma política de desenvolvimento rural através do Estatuto da Terra; Assistência direta aos agricultores, para o qual o MA concorre com aproximadamente 60% dos recursos.³⁸

Dessa forma, ao participar do evento que discutiu o Estatuto da Terra e ao desenvolver pesquisas de interesse nacional como os relacionados ao milho, à soja, ao café, entre outros, a UREMG possibilitava a criação daquilo que denominamos aqui de pontos de interlocução entre o campo científico e o Estado.

Na Revista Ceres, periódico de ciências agrárias da antiga Escola de Agricultura da UFV, o pesquisador reconhece o esforço dos governos em estimular a produção do abacaxi. Embora seja uma declaração aparentemente apolítica, fica completamente ignorado o caráter ditatorial do regime. A afirmação dos autores é uma constatação técnica, porém, o pensamento subsumido é pontual e pragmático: a produção é incentivada, a ciência é valorizada e, assim, a agricultura segue rumo à modernização:

Nos últimos anos, o governo federal e o Estado de Minas Gerais têm incentivado o aumento de produção do abacaxi, através de uma política realista de estímulos financeiros, de renovação de máquinas e implementos agrícolas e de auxílios técnicos, visando o comércio de frutos “in natura” e industrializados, para a exportação.³⁹

Na mesma esteira, Teixeira, Andersen e Cardinalli reconheceram a amplitude dos investimentos dos governos e as consequências para a comércio agrícola. Segundo eles,

O excelente preço que o produto vem obtendo no mercado, a instalação de novas indústrias de suco no país, bem como os incentivos fiscais concedidos pelo governo, têm, ultimamente, estimulado a instalação de novos pomares comerciais em Minas Gerais e outros Estados, resultando em maior demanda de mudas selecionadas.⁴⁰

Além dos periódicos científicos, a imprensa oficial da UFV, por meio de algumas notícias, também captou a afinidade da universidade em relação à agenda econômica do regime militar. O aspecto privilegiado no discurso institucional é, novamente, a modernização da agricultura. No contexto do governo do general Emílio Garrastazu Médici, a euforia em torno do crescimento econômico também encantou os cientistas. Daniel Aarão Reis usou a expressão “anos de ouro” no contexto desenvolvimentista do governo do general Médici. Enquanto parte da sociedade sofria com os efeitos do crescimento urbano desordenado, muitos outros usufruíram do clima de progresso pelo maior volume de investimentos nos diversos setores da economia. Aparentemente, essa complexidade se materializa na maior ambiguidade da época, neste caso, a coexistência entre o momento de maior crescimento econômico concomitante com o aumento da repressão.

Janaina Cordeiro descreve um cenário de bastante otimismo pela imprensa na década de 1970, a chamada época do “milagre econômico”, que conjugava, entre outras coisas, o crescimento econômico, os vultosos gastos em infraestrutura, um sistema de comunicações moderno e a

integração nacional. Slogans como “ninguém segura este país” e “este é um país que vai para frente” tornaram-se amplamente divulgados.

Nessa perspectiva, o sesquicentenário da independência (1972), cujas comemorações foram associadas ao desenvolvimento econômico no governo Médici, “pode ser considerado uma ocasião importante para observar a adesão e o consentimento social com relação ao regime”⁴¹. Diversas associações civis marcaram presença nas comemorações e solenidades referentes à data citada. Entidades religiosas, sindicatos, organizações de profissionais, enfim, parte da sociedade se engaja na celebração da independência do Brasil, juntamente com a burocracia do Estado. Na UFV, a formatura do ano de 1972 foi chamada de “formatura do sesquicentenário”⁴² em alusão às comemorações nacionais capitaneadas pelo governo Médici, o que também mostra certa afinidade com o evento do regime. Na formatura do curso de agronomia de dezembro de 1973, o orador da turma, em seu discurso, corrobora essa perspectiva otimista:

Como representante da maior turma jamais graduada por esta universidade, apresento-me perante os senhores com a convicção de que esta responsabilidade deverá ser cumprida com a mesma simplicidade e determinação [...]”. Depois de afirmar que o Brasil está vivendo um período ímpar em sua história, **que assinala a transição do estágio de país subdesenvolvido para a condição de potência de primeira classe**, José Rubens Cordeiro disse que a “candidatura do Brasil a grande potência não é um mito falacioso, mas uma possibilidade palpável e próxima, que, todavia, aumenta a responsabilidade histórica de cada brasileiro. E para isso, basta que ele execute as grandes prioridades e metas setoriais estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Nacional⁴³ (Grifo nosso).

No discurso de posse da reitoria em 1974, o professor Antônio Fagundes de Sousa expressou, em sua fala, a importância da universidade na formação de técnicos capacitados para o setor primário, da sua tradição institucional ufeviana e do seu papel no desenvolvimento da modernização da agricultura. Na sua posse em Brasília, acompanhada do pelo ministro da educação Jarbas Passarinho, o reitor coloca a Universidade Federal de Viçosa ao lado do governo, no sentido de colaborar com o desenvolvimento econômico do país. Segundo ele,

A UFV conta, sem dúvida, com uma das equipes mais bem treinadas do hemisfério, **sempre disposta a colaborar com as autoridades governamentais**, no desenvolvimento de uma tecnologia adequada às condições nacionais, visando a enfrentar o grande desafio⁴⁴ (Grifo nosso).

Na cerimônia que empossou o reitor na UFV, o tom do discurso foi semelhante. Sintonizar a universidade aos “interesses nacionais” tornava-se a meta da instituição para o seu mandato. Não há descompasso entre o que foi proferido na posse em Brasília e a cerimônia em Viçosa. A visão de “colaboração com as autoridades governamentais” e a “sintonia com os altos interesses nacionais” expressam que a visão estreitamente técnica e apolítica dos cientistas é altamente enganosa. Existe um projeto político consubstanciado nos programas de desenvolvimento agrícola. E a sintonia da UFV com esse projeto é evidente:

Antônio Fagundes disse estar convicto de que, “sob o comando de uma equipe meticulosamente por ele constituída, **trabalhando sintonizada com os altos interesses nacionais**, a UFV continuará desenvolvendo, com eficiência, a tarefa que lhe cabe no

processo do desenvolvimento econômico e social, que vem projetando o Brasil no conceito dos povos civilizados⁷⁴⁵ (Grifo nosso).

Na mesma esteira, o professor Eduardo Del Peloso, diretor da ESA, prossegue com o otimismo pela política econômica do regime militar. De acordo com o referido docente em discurso de posse em 1977,

O Brasil, cujo progresso econômico de 70 a 74 acusou índices dos mais elevados no mundo inteiro, viu-se envolvido nas malhas da inflação e do desacerto da política internacional do petróleo, mas, felizmente, conta com alternativas viáveis para livrar-se do impasse e retornar à senda do desenvolvimento, graças à agricultura, à sua industrialização, ao seu mercado interno [...] Aí está a agricultura a nos socorrer naquilo que mais estrangula nosso desenvolvimento, cumprindo-nos incentivá-la e incrementá-la [...]⁴⁶.

O otimismo do professor não se assenta nos indicadores de crescimento estimulados pelo governo. Mais do que isso, a opção pela agricultura como indutora da recuperação econômica do país é utilizada nesse discurso como um importante ponto de interlocução entre o regime militar e a universidade, com forte tradição na pesquisa agrícola. O diretor ainda completa seu raciocínio, atribuindo ao presidente e a seu ministro da educação os méritos do desenvolvimento do país:

Apresento meu aplauso aos nossos governantes, principalmente ao Exmo. Presidente da República Gal. Ernesto Geisel e ao Dr. Ney Braga, ministro da educação, que tão firmemente e sem ódios, dirigem os destinos do País, e a quem agradeço a confiança da escolha.⁴⁷

Compreender o sentido desse discurso otimista em relação ao progresso da agricultura exige interpretar o papel ocupado pela

agropecuária na política de modernização econômica da ditadura, potencializado no governo do General Médici. Mais do que um elemento de estímulo ao crescimento econômico, o setor primário também recebeu investimentos para incrementar a legitimidade do governo frente à população. Principalmente no contexto do chamado “milagre brasileiro”, a modernização da agricultura encontra seu ápice. Alonso⁴⁸ descreve esse processo demonstrando a timidez da reforma agrária proposta pelo Estatuto da Terra. Ao invés de implementar em larga escala a divisão de terras, na prática, o latifúndio foi mantido e modernizado pelo crédito subsidiado. É exatamente nesse período que foi criada a Embrapa (1973), que contribuiu com a produção de tecnologias para a integração da agropecuária ao setor industrial. É perceptível nesse esquema a valorização da pesquisa científica. Certamente que a UREMG/UFV juntamente com outras instituições educacionais ganham relevância nos planos do regime militar.

O governo Castelo Branco e seu ministério do planejamento, liderado por Roberto Campos, não tinham como plano a inclusão de direitos sociais. Isso muda sensivelmente na gestão de Médici, inclusive, com o Fundo de Aposentadoria dos Trabalhadores Rurais (Funrural) e o Programa de Redistribuição de Terras e do Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (ProTerra). Enquanto os trabalhadores urbanos seguiam protegidos com uma legislação própria desde a década de 1930, os agricultores até então eram contemplados apenas parcialmente com as políticas públicas. A guinada em direção ao campo pelos governos militares ocupou um espaço no meio rural historicamente dominado apenas pelas elites produtoras. Obviamente, a política de reforma agrária do governo e

suas políticas sociais foram modestas, conforme assinalaram Alonso e Mendonça. No entanto, para parte das populações rurais, o modesto certamente era melhor do que nada.

No outro lado da moeda, havia também as classes produtoras. Inicialmente indignadas com a política de reforma agrária da ditadura militar, não se pode dizer que elas não foram assistidas pelos governos militares. Conforme apontado anteriormente, a modernização do campo tornou-se uma questão de extrema necessidade para a ditadura. De acordo com Gustavo Alonso, o regime ensejava “ver o campo em compasso com o dinamismo industrial”, com a “promoção do latifúndio” e o “desenvolvimento de técnicas de produção para a agricultura”.⁴⁹

Dessa forma, a pressão sofrida pelo governo de Castelo Branco contribuiu para que, de alguma forma, o caráter minimamente reformista do Estatuto da Terra fosse estrangulado pelo aspecto modernizador direcionado a favorecer a grande propriedade. Mendonça afirma que a desapropriação de terras para fins sociais ficou relegada a segundo plano, juntamente com a má gestão dos órgãos responsáveis em conduzir a divisão de terras, tais como o Instituto Brasileiro para a Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Em contrapartida, os generosos créditos para os grandes produtores e o investimento em insumos químicos e mecanização agrícola permitiram a expansão do setor primário da economia, ainda que mantivesse as desigualdades sociais no meio rural. Aliás, a modernização conservadora subsidiou produtores com créditos bancários generosos, limitou a distribuição de terras e ainda contribuiu para a “transferência de tecnologia” para os setores ligados à produção das grandes *commodities*. A integração da

agricultura com a indústria foi efetivada, ainda que concentrada na região centro-sul do país, gerando um desequilíbrio regional sem precedentes.

O relativo sucesso da integração da agricultura brasileira ao capitalismo recebeu o reconhecimento norte-americano. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria que cita o incremento da produtividade no campo e as principais ações governamentais no mandato de Médici, que possibilitaram esse crescimento:

A produção agrícola brasileira em 1972 poderá atingir níveis recordes [...] afirma em seu último número a revista “*Foreign Agriculture*”, Departamento de Agricultura dos EUA. A revista ressaltou “uma ascensão espetacular”; “aumento da safra é sem dúvida autêntico”. Ao mesmo tempo, procura-se abrir novas áreas de cultivo, com incentivos fiscais, reduções de taxas de exportação e facilidade de créditos, para aumentar as taxas.⁵⁰

Na retórica do governo, a agricultura era encarada como prioridade. Investir no campo significava conter o êxodo rural e evitar os desequilíbrios populacionais. De acordo com Rubens Vaz da Costa, presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH),

A reforma agrária e os programas de colonização e irrigação que se realizam no país, especialmente no Nordeste, têm, além de suas implicações econômicas fundamentais, a importância de deter a migração de 1 milhão e 200 mil pessoas que anualmente se deslocam do campo para os centros urbanos [...]. O governo tem dado prioridade para a agricultura, disse o ministro⁵¹ [...].

O discurso citado contrasta com a dura realidade da urbanização acelerada da época. Porém o mais importante era que a mensagem passada

para a população consistia em mostrar o trabalho do governo tentando evitar esse mal. Dessa forma, a ditadura foi eficiente em acessar o interesse dos mais diferentes grupos sociais, sem deixar de lado a faceta autoritária do regime, que sofisticou seu aparato repressivo e ampliou o alcance da contenção da oposição e crítica à ditadura.

De todos os empreendimentos relacionados à agricultura brasileira, um dos que ganharam maior incentivo financeiro do regime militar foi o desenvolvimento da soja. Era do interesse do Estado o aproveitamento das terras do cerrado para a expansão do mercado da soja no país. No entanto, com solos pouco propícios, o desenvolvimento dessa oleaginosa dependia de pesquisas para correção dos solos e também do melhoramento da espécie⁵² para possibilitar a mecanização. Neste aspecto, a UFV atuou juntamente com a Embrapa e com o apoio da Usaid e Fundação Ford em um grande projeto de pesquisa para a expansão da soja no cerrado.

Contudo, o empenho estatal em promover a subvenção da soja causou alguns atritos entre governo e a classe produtora. Em matéria na *Folha de S. Paulo*, o ministro da agricultura de Médici defendeu a política da oleaginosa frente aos ataques sofridos, com a insinuação de que a soja receberia maior volume de recursos do que outras culturas. De acordo com o jornal, o ministro “Delfim Neto classificou de ‘uma tolice muito grande’ a afirmação, frequente nos últimos tempos, de que o aumento da produção da soja poderá sufocar a expansão de outras culturas tradicionais, resultando daí prejuízos pra a economia do país”.⁵³ Esse tema causou furor no governo, segundo as páginas do jornal citado. O ministro da agricultura, Moura Cavalcanti, não deu declarações sobre as críticas. O presidente Médici também não quis falar com os repórteres e proibiu seus assessores

de fazer o mesmo. Devido às polêmicas, Cavalcanti ainda precisou cancelar a viagem que faria a Viçosa, onde participaria de um congresso sobre Fruticultura.⁵⁴

Para coroar o nível de excelência da universidade e, sem dúvida, ressaltar o bom relacionamento da instituição com o poder, alguns professores da UREMG/UFV foram convidados a ocupar cargos no ministério da agricultura e em outras instâncias do setor público. No governo do estado de Minas Gerais, José de Alencar Viana foi secretário da agricultura (1964-1965) e, em seguida substituído pelo reitor Edson Potsch Magalhães (1965). No governo federal, o secretário geral da pasta da Agricultura foi Paulo Afonso Romano (1974-1979), enquanto Antônio Fagundes de Sousa tornou-se membro do CFE.

Considerações finais

A política de desenvolvimento econômico e modernização da agricultura do regime autoritário ofereceu um ponto de interlocução com a Universidade Federal de Viçosa. Dessa forma, a convergência dos interesses da instituição e da ditadura contribuiu para uma postura de adesão ao regime militar. De um lado, o governo oferecia subsídios para pesquisas, colaborava com a existência de convênios internacionais e, sobretudo, modificava a estrutura da educação superior com a reforma universitária. Em contrapartida, os cientistas da universidade aceitavam o modelo de desenvolvimento proposto pelos militares, uma vez que havia, por parte dos pesquisadores, grande entusiasmo na questão da modernização da agricultura.

Notas

* Doutorado em História (UFMG), mestre em Extensão Rural (UFV), graduado em História (UFV)

<https://orcid.org/0000-0003-3356-733X>

¹ O cientista Hidelbrando P. da Silva foi um dos atingidos da ditadura nas universidades. Porém, para se afastar da ameaça de repressão, acabou se demitindo da USP, além de ter ficado três meses preso.

² SILVA, H. A universidade e o cinquentenário do golpe civil-militar de abril 1964. In: VALLE, Maria Ribeiro do (Org). **1964-2014: Golpe militar, história, memória e direitos humanos**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014, p. 63.

³ “Resistência sutil” seria a recusa de determinados cientistas a cooperar com a ditadura, porém sem usar os canais tradicionais de protesto e enfrentamento político, como publicação de textos, greves ou participação de manifestações públicas contra o regime autoritário. Motta cita alguns casos em seu trabalho sobre a ditadura nas universidades. Professores que se solidarizaram com colegas e acolheram fugitivos da repressão em suas casas; reitores que fizeram vista grossa e pouco cooperaram para entregar ao regime professores ou estudantes acusados de subversão.

⁴ REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 7.

⁵ Ibid., p. 8.

⁶ Ibid., p. 10.

⁷ ROLLEMBERG, D; QUADRAT, S (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11.

⁸ CORDEIRO, J. **“A nação que se salvou a si mesma”**: entre história e memória, a campanha da mulher pela democracia. 2008. (Dissertação de mestrado). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 16.

⁹ ROLLEMBERG, D; QUADRAT, S (orgs.). op. cit., p. 17.

¹⁰ Ibid., p. 24.

¹¹ Nos últimos anos, diversas pesquisas trouxeram à tona diferentes grupos sociais que, até então, eram preteridos entre os historiadores. Os participantes da Marcha com Deus pela Liberdade, os políticos e partidários da ARENA, os estudantes de direita etc. Conferir: PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; GRIMBERG, L. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; LIMA, M. **Movimento estudantil e ditadura civil-militar em Santa Maria (1964-1968)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). UFSM, Santa Maria/Rio Grande do Sul).

¹² RIDENTI, M. As oposições da ditadura: resistência e oposição. In: REIS, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30.

¹³ Idem.

¹⁴ *Ibidem*, p. 41.

¹⁵ MOTTA, R. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 33.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Ibidem*, p. 310.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 312-313.

²⁰ SILVA, G. **A UREMG/UFV e suas relações com o poder**: modernização, ditadura e convênios internacionais (1952-1979). Belo Horizonte, 2019. 203f. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. UFMG, p. 152.

²¹ DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001, p. 161.

²² **O Globo**, 27 de maio de 1964, Matutina, Geral.

²³ Cientistas de outras universidades brasileiras também aproveitaram a oportunidade e fizeram pós-graduação no exterior, principalmente nos Estados Unidos. No final da década de 1960, muitos professores fizeram pós-graduação nos Estados Unidos por meio da *Latin American Scholarship Program of American Universities* (LASPAU). De acordo com Ayala Pelegrine, “A LASPAU era uma organização norte-americana de ‘aprimoramento docente’ que atuava em países latino-americanos. Ela estabeleceu convênios de ‘ajuda’ com mais de quatrocentas instituições educacionais somente no Brasil”, o que incluía o envio para o exterior para pós-graduação, congressos, cursos etc. PELEGRINE, Ayala. **Modernização e Repressão**: os Impactos da Ditadura Militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974). Vitória, 2016. 149f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História social das relações políticas. Centro de Ciência Humanas e Sociais, UFES.

²⁴ **Folha de S. Paulo**, 18 de julho de 1964, página 1.

²⁵ **Folha de S. Paulo**, 1º de setembro de 1964, p. 1.

²⁶ MENDONÇA, S. O campo “vai ao golpe”. In: MATTOS, M.; VEJA, R. **Trabalhadores e ditadura**: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 51.

²⁷ MOTTA, R. Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária. In: PAULA, D., STARLING, H., GUIMARÃES, J. **Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

²⁸ **Correio da manhã**, 28 de julho de 1964.

²⁹ Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Relatório de implantação da reforma agrária. Abril de 1964 a março de 1967.

³⁰ BRUNO, R. Estatuto da Terra: Entre a Conciliação e o Confronto. **Revista Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ, v 05, pp. 5-31, 1995.

³¹ **O Globo**, 28 de Julho de 1964, Matutina, Geral, p. 18.

³² Me refiro às classes produtoras, aos grandes produtores de *commodities* e pecuaristas.

³³ Arquivo Nacional/Distrito Federal. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Relatório de implantação da reforma agrária. Abril de 1964 a março de 1967.

³⁴ **Correio da manhã**, 2 de agosto de 1964, p. 22.

³⁵ Novamente, é importante frisar que seria injusto afirmar que toda universidade respaldou a ditadura militar. Principalmente, foram os dirigentes que fizeram a interlocução da instituição com o regime autoritário que melhor representam a adesão à ditadura.

-
- ³⁶ **Diário de Notícias**, 6 dezembro de 1964, p. 8.
- ³⁷ MENDONÇA, S. op. cit., p. 50.
- ³⁸ **Folha de S. Paulo**, 1º de janeiro de 1965, p. 14.
- ³⁹ FONTES, M.; LOUREIRO, J. M. *Hanseniella* SP. (Symphyla) Nova praga rizófaga de *Ananas comosus* (L.) Merr., no Brasil. **Revista Ceres**, Maio a junho de 1972. N. 103.
- ⁴⁰ TEIXEIRA, S. L.; ANDERSEN, O.; CARDINALLI, L. Influência do período pós-colheita das hastes de citrus sobre a qualidade das borbulhas para a enxertia. **Revista Ceres**. Setembro e outubro de 1971, N. 99.
- ⁴¹ CORDEIRO, J. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 97.
- ⁴² **UFV Informa**, 15 de fevereiro de 1972. ACH/UFV.
- ⁴³ **UFV Informa**. 15 de dezembro de 1973. ACH/UFV.
- ⁴⁴ **UFV Informa**. 13 de fevereiro de 1974. ACH/UFV.
- ⁴⁵ **UFV Informa**. 8 de março de 1974. ACH/UFV.
- ⁴⁶ **UFV Informa**. 20 de abril de 1977. ACH/UFV.
- ⁴⁷ Idem.
- ⁴⁸ ALONSO, G. Ditadura do sertão: Apoio e consenso da ditadura civil-militar na música sertaneja. In: CORDEIRO, J; LEITE, I; SILVEIRA, D; REIS, D. A. **À sombra das Ditaduras**. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- ⁴⁹ ALONSO, G. op. cit., p. 96.
- ⁵⁰ **Folha de S. Paulo**, 29 de agosto de 1972, p. 23.
- ⁵¹ **Folha de S. Paulo**, 09 de setembro de 1972, p. 14.
- ⁵² A soja é uma planta relativamente baixa, o que impossibilitaria o uso intensivo de grandes máquinas. O projeto realizado na UFRV possibilitou uma nova espécie de maior porte, que se adaptou perfeitamente às grandes colheitadeiras.
- ⁵³ **Folha de S. Paulo**, 10 de julho de 1973, p. 17.
- ⁵⁴ Idem.